



Érika Mayrink Vullu

**Clareza e obscuridade no texto legal – um
estudo de caso: análise lingüístico-
comparativa do Código Civil brasileiro de
2002 e do de 1916**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Letras da PUC-Rio como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Pro^{fa} Dr^a Mariza do Nascimento Silva Pimenta-Bueno.

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2005



Érika Mayrink Vullu

Clareza e obscuridade no texto legal – um estudo de caso: análise lingüístico-comparativa do Código Civil brasileiro de 2002 e do de 1916.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Dra. Mariza do Nascimento Silva Pimenta-Bueno
Orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Dra. Violeta San Tiago Dantas Barbosa Quental
Departamento de Letras – PUC-Rio

Prof. Dr. Afrânio da Silva Garcia
UERJ

Prof. Dr. PAULO FERNANDO CARNEIRO DE ANDRADE
Coordenador Setorial do Centro de Teologia e Ciências Humanas

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Érika Mayrink Vullu

Graduou-se em Letras em 1988 e em Pedagogia em 1992 no CES (Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora). Especializou-se em Língua Portuguesa na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 2001. É professora de língua portuguesa e escritora de textos literários, alguns dos quais publicados na Internet.

Ficha catalográfica

Vullu, Érika Mayrink

Clareza e obscuridade no texto legal – um estudo de caso: análise lingüístico-comparativa do código civil brasileiro / Érika Mayrink Vullu; orientadora: Mariza do Nascimento Silva Pimenta-Bueno . – Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Letras, 2005.

187 f.: il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras.

Inclui referências bibliográficas

1. Letras – Teses. 2. Linguagem e direito. 3. Linguagem jurídica. 4. Linguagem do texto legal. 5. Aspectos lingüísticos do código civil brasileiro. 6. Obscuridade e clareza no texto legal. I. Pimenta-Bueno, Mariza do Nascimento Silva. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

Para minha mãe, pela educação, apoio e ansiedade compartilhada.

Agradecimentos

À minha orientadora Mariza do Nascimento Silva Pimenta-Bueno, pela sabedoria e experiência de vida partilhadas e pelas longas tardes, noites e madrugadas de extremada dedicação e parceria.

À minha amiga Wanilda, pela preciosíssima amizade, incentivo, companhia, estada e incansáveis contribuições de matemática e estatística, sem as quais este trabalho não teria chegado ao fim.

À PUC-Rio, pelo estímulo intelectual e auxílio concedido.

Aos amigos e familiares que responderam ao Questionário, pela paciência e boa-vontade.

À professora Eneida do Rêgo M. Bomfim, pelas aulas sempre produtivas e conhecimento transmitido.

Ao Departamento de Letras, pelo excelente quadro docente, organização interna e apoio aos alunos.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora.

Aos meus amigos da PUC-Rio.

Resumo

Vullu, Érika Mayrink; Pimenta-Bueno, Mariza do Nascimento Silva. **Clareza e obscuridade no texto legal – um estudo de caso: análise lingüístico-comparativa do Código Civil brasileiro de 2002 e do de 1916.** Rio de Janeiro, 2005. 187p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O trabalho enfoca a relação entre linguagem e Direito, apontando o distanciamento entre a linguagem legal e a linguagem do homem médio. Tendo por base o estudo comparativo de segmentos do Código Civil brasileiro de 1916 e de 2002, relativamente ao Direito das Sucessões, analisam-se questões pertinentes à estruturação sintática, à utilização vocabular e à presença de ambigüidades estruturais. Busca-se, assim, identificar os principais fatores responsáveis pelas dificuldades enfrentadas pelo homem médio ao interpretar textos legais. O estudo, valendo-se de uma pesquisa realizada junto a informantes, constata que houve um certo progresso quanto à linguagem adotada no Código Civil de 2002, em face à do de 1916. Aponta, contudo, que o progresso realizado está muito aquém do desejável, dado que, na virtual totalidade dos casos, alternativas de redação propostas pela autora foram preferidas às correlatamente encontradas no Código de 2002. A pesquisa volta-se, também, para a identificação de marcas lingüísticas evidenciadoras de mudanças axiológicas ocorridas na sociedade brasileira desde a promulgação do Código de 1916, e refletidas no de 2002. A dissertação discute as relações entre linguagem e poder e destaca a perversidade da coexistência da ficção, juridicamente necessária, de que *a ninguém é dado escusar-se de cumprir a lei alegando o seu desconhecimento* com a perpetuação de uma linguagem jurídica obscura e proliferação irrefreada de leis. Defende, assim, a adoção de uma linguagem jurídica que, ao invés de afastar o homem médio do conhecimento de seus direitos e deveres em face da sociedade, se torne um meio propiciador desse conhecimento.

Palavras-chave

Linguagem e Direito; linguagem jurídica; a linguagem do texto legal; aspectos lingüísticos do Código Civil brasileiro; obscuridade e clareza no texto legal.

Abstract

Vullu, Erika Mayrink; Pimenta-Bueno, Mariza do Nascimento Silva (Advisor). **Clarity and obscurity in legal texts - a case study: a comparative linguistic analysis of the Brazilian Civil Code of 2002 and of that of 1916**. Rio de Janeiro, 2005. 187p. M.A. Dissertation - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work focuses on the relation between language and Law, pointing out the distance that prevails between legal language and the language of the common man. By comparing segments of the Brazilian Civil Code of 1916 with those of the Civil Code of 2002, in regard to Successions Law, issues concerning syntactic structure, use of vocabulary and the presence of structural ambiguities are analyzed. The identification of the main factors responsible for the difficulties faced by the common man in interpreting legal texts is also pursued. By means of an empirical research undertaken with informants, the study establishes that there has been a certain degree of progress, language-wise, in what concerns the Civil Code of 2002, as compared to that of 1916. However, it points out that the degree of progress that has been achieved is far less considerable than that which would be desirable, since, in virtually all cases, the alternative linguistic formulations proposed by the author were preferred over their parallel formulations found in the Civil Code of 2002. The research also provides the identification of linguistic traces which signal axiological changes that have taken place in Brazilian society since the promulgation of the 1916 Code, and which are reflected in that of 2002. The thesis discusses the relation between language and power and calls attention to the perversity of the coexistence of the necessary juridical fiction that *no one can be excused of abiding to the law by claiming to ignore it* with the perpetuation of an obscure juridical language and the unrestrained proliferation of laws. It thus recommends the adoption of a juridical language that instead of deterring the common man from finding out what his rights and his responsibilities in face of society are, transforms itself in a means of favoring such knowledge.

keywords

Language and law; juridical language; the language of legal texts; linguistic aspects of Brazilian Civil Code; clarity and obscurity in legal texts.

Sumário

1. Introdução	13
1.1. O texto legal como objeto de pesquisa	13
1.2. Objetivos desta pesquisa	18
1.3. Estruturação da dissertação	19
1.4. Metodologia usada	21
2. A linguagem no Direito	24
2.1. A opacidade do texto legal	24
2.2. A ideologia e o poder no discurso jurídico	31
2.3. A relação entre política e discurso jurídico	34
3. O <i>corpus</i> pesquisado e as qualidades textuais a serem perseguidas	37
3.1. Clareza	39
3.2. Concisão	41
3.3. Precisão	42
4. Questões sintático-estruturais	44
4.1. A estruturação sintática como solução para a opacidade	46
4.1.1. A construção das frases	46
4.1.2. A disposição dos termos e das orações nos períodos	56
4.2. A organização interna do corpo dos artigos	64
4.3. Considerações finais e consolidação da análise de dados	73
5. Questões semântico-lexicais	77
5.1. A “atualidade” dos vocábulos	78
5.2. A busca pela precisão	92
5.3. Considerações finais e consolidação da análise de dados	100
6. Questões axiológicas	105
6.1. Evolução da mulher como cônjuge e companheira	106
6.2. As uniões estáveis fora do casamento	109
6.3. O conceito de “incapazes”	111

6.4.	Conseqüências, para o Direito, da evolução tecnológica	113
6.5.	Considerações finais	114
7.	Conclusão	116
	Referências Bibliográficas	119
	Anexos	123
	Anexo I – Fragmento do Livro V do Código Civil de 2002, comparado com o Livro IV do Código Civil de 1916 – Direito das Sucessões	124
	Anexo II – Capítulo I e parte do Capítulo II da Lei Complementar nº 95, com as alterações determinadas pela Lei Complementar nº 107	147
	Anexo III – Questionário	151
	Anexo IV – Tabelas e gráficos	161

Lista de figuras

Figura 1 - Sintaxe – Porcentagem geral das ocorrências de maior dificuldade de compreensão correspondentes aos artigos do CC/1916 e do CC/2002 74

Figura 2 - Sintaxe – Porcentagem geral das ocorrências de maior dificuldade de compreensão correspondentes aos artigos do CC/2002 e às propostas de reescrituras 75

Figura 3 - Percentual dos índices de fatores assinalados como causadores da dificuldade de compreensão dos textos 76

Figura 4 - Vocabulário – Porcentagem geral das ocorrências de maior dificuldade de compreensão, comparando-se artigos do CC/1916 com seus correlatos do CC/2002 101

Figura 5 - Vocabulário – Porcentagem geral das ocorrências da dificuldade de compreensão, comparando-se artigos do CC/2002 com as propostas de reescritura 101

Figura 6 - Ambigüidade: índices de acertos, erros e dúvidas em relação ao termo correferencial corretamente descrito 102

Figura 7- Porcentagem dos índices de acertos relativos às respostas dadas na Parte 3 do Questionário por profissionais do Direito e de Letras 103

Figura 8 - Porcentagem dos índices de erros relativos às respostas dadas na Parte 3 do Questionário por profissionais do Direito e de Letras 103

Lista de tabelas

Tabela 1 - Dados dos informantes	22
Tabela 2 - Leis emitidas pelo Congresso Nacional entre 05/10/1988 (Nova Constituição) e 31/12/2004	33
Tabela 3 - Artigos do Código Civil de 2002 e o grau de alteração lingüística	38
Tabela 4 - Relação de alguns vocábulos utilizados no Código Civil de 1916	79
Tabela 5 - Vocábulos antigos ou pouco usuais observados no Código Civil de 1916	82
Tabela 6 - Alterações vocabulares sofridas nos artigos do Código Civil de 2002	83
Tabela 7- Vocábulos pouco comuns inseridos no Código Civil de 2002	83

*Certa palavra dorme na sombra
de um livro raro.
Como desencantá-la?
É a senha da vida
a senha do mundo.
Vou procurá-la.*

Carlos Drummond de Andrade, *A palavra mágica.*

*Assiste-se, por outro lado, a evolução do direito
legislado, na expressão morfológica de sua
elaboração, como tendente a perder cada vez mais
o exagerado tecnicismo de uma linguagem
esotérica, posta exclusivamente ao alcance dos
iniciados. Sem se desvestir de uma linguagem
vernácula, há de expressar-se de tal modo que
seja compreendido sem o auxílio do misticismo
hermético dos especialistas.*

Caio Mário da Silva Pereira.